



Plenário aprova perda de cargo como nova punição para juizes

Aposentadoria deixará de ser a penalidade disciplinar máxima para magistrados e Ministério Público, segundo proposta que segue para a Câmara

Waldemir Barreto/Agência Senado



Em Plenário, senadores votam substitutivo de Blairo Maggi a duas propostas de Humberto Costa, que classificou como "decisão histórica" as mudanças aprovadas

Juizes e membros do Ministério Público que cometerem crimes como corrupção perderão o privilégio de serem punidos com aposentadoria compulsória ou afastamento do cargo mantendo vencimentos integrais, segundo o autor das propostas aprovadas ontem, Humberto Costa.

Corrupção é alvo também na discussão da reforma política, que deve ser votada neste ano, como disse ontem o presidente do Senado, Renan Calheiros. **3**

Lio de Paula/Agência Senado



Glenn Greenwald participa de audiência conjunta do Senado e da Câmara

Ainda há muito a revelar sobre espionagem, diz jornalista

Segundo Glenn Greenwald, volume de documentos vazados é grande e exige perícia para análise. Senado vai ouvir empresas brasileiras sobre o conhecimento das ações de espionagem dos Estados Unidos. **5**

Projeto limita peso de mochila de aluno **4**



Alunos na saída do colégio: projeto aprovado em comissão diz que mochila não pode ter mais que 15% do peso do estudante

Ano Volpe/Agência Senado

Comissão de Orçamento pode retomar hoje análise da LDO **8**

Mais tempo para avaliar empréstimos a entes federados **7**

Gabrielli defende compra de refinaria pela Petrobras

Ex-presidente da estatal diz em audiência que denúncias divulgadas pela imprensa sobre irregularidades na compra de refinaria em Pasadena, EUA, se devem ao desconhecimento do mercado de petróleo e derivados. **8**



Ao lado de Blairo Maggi, Sergio Gabrielli (D) fala à Comissão de Meio Ambiente

Nascimento: "Agora posso olhar nos olhos dos colegas" **6**

Avança texto que torna assalto a banco crime federal **7**

O IMPÉRIO EM BRASÍLIA

190 ANOS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1823

8 de agosto a 20 de outubro de 2013

Todos os dias, das 9 às 17 horas.

Entrada franca

Salão Negro do Congresso Nacional

Câmara dos Deputados

L LIVRE PARA TODOS OS PÚBLICOS

Informações

Ligue: 0800 619 619

exposicoes@camara.leg.br

Apoio

Realização



Doris Peixoto, Gilmar Mendes, Renan Calheiros, Flexa Ribeiro, Pedro Taques, Cláudia Lyra e Helder Rebouças na solenidade do ILB

Qualificação melhora atendimento, diz Renan

Na abertura dos cursos de pós-graduação do ILB, presidente destaca importância de investir no aperfeiçoamento dos servidores. Aula inaugural ficou a cargo do ministro do STF Gilmar Mendes

AO INAUGURAR ONTEM os cursos de pós-graduação do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), o presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou que a qualificação profissional dos servidores do Legislativo resulta em melhor atendimento do cidadão, que tem direito a serviços públicos de qualidade.

— Quadros de profissionais mais qualificados poderão gerir melhor os recursos públicos, com eficiência e eliminação de desperdício — disse Renan.

Também o primeiro-secretário, Flexa Ribeiro, observou que a qualificação dos servidores resulta em melhor atuação

na administração pública, o que gera benefícios à comunidade legislativa e à sociedade como um todo.

A diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, recomendou aos estudantes dos cursos de pós-graduação fazer uso de todas as ferramentas oferecidas pelo Senado para refletir sobre o momento que vivemos.

Ao elogiar os cursos oferecidos pelo ILB, a secretária-geral da Mesa, Cláudia Lyra, registrou a carência do ensino do processo legislativo em cursos de Direito.

Como desafio aos estudantes, o diretor-executivo do ILB, Helder Rebouças, sugeriu que os conhecimentos adquiridos

na pós-graduação sejam utilizados para a educação cidadã.

A aula inaugural dos cursos de Administração Legislativa e Direito Legislativo do ILB foi do ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes. Ele falou sobre a relação entre o Legislativo e o Judiciário, que pode ser tumultuada em razão de os tribunais terem de decidir sobre questões não regulamentadas.

O incômodo gerado em decorrência de certas decisões dos tribunais, disse o ministro, deve-se ao fato de o Judiciário procurar proferir decisões com efeitos mais permanentes e não tão imediatistas, como acontece na atuação política.

Promulgada autonomia das defensorias públicas

O Congresso promulgou ontem a Emenda Constitucional 74/2013, que concede às Defensorias Públicas da União em cada estado e no Distrito Federal autonomia funcional e administrativa, a exemplo do que já ocorre com as defensorias estaduais desde a reforma do Judiciário (Emenda Constitucional 45/2004). A partir de agora, elas deixam de ser vinculadas ao Ministério da Justiça.

Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, a promulgação representa mais um passo rumo ao acesso universal à Justiça, que requer uma defensoria pública forte e atuante para servir aos 130 milhões de potenciais usuários brasileiros.

A matéria, originária da PEC 82/2011, também garante às defensorias a iniciativa de realizar proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Tendo como primeira

signatária a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a PEC 82/2011 (PEC 207/2012 na Câmara dos Deputados) foi aprovada no Senado em agosto de 2012 e, na Câmara dos Deputados, no dia 16 de julho de 2013.

Vanessa comemora benefício para brasileiros mais carentes

Em Plenário, Vanessa comemorou a promulgação da emenda e lembrou que a iniciativa fortalece o órgão responsável por atender milhões de brasileiros sem condições de pagar advogado.

— Infelizmente a realidade brasileira limita o acesso ao sistema judicial e a defensoria

cumprir o papel de representar a parcela mais carente da sociedade — observou.

Segundo a senadora, a DPU ainda precisa ser fortalecida. Ela lembrou que existem apenas 521 defensores e seriam necessários mais profissionais para que a população seja mais bem atendida.

Peças do Império são tema de exposição

Será aberta hoje, às 19h no Salão Negro do Congresso, a exposição *O Império em Brasília: 190 anos da Assembleia Constituinte de 1823*, que ficará em cartaz até 20 de outubro, todos os dias, das 9h às 17h.

A mostra reúne pinturas, esculturas, objetos decorativos, armas, condecorações e

manuscritos da época do Império, pertencentes ao Museu Imperial de Petrópolis (RJ). A exposição, que faz parte das comemorações dos 190 anos do Parlamento brasileiro, é promovida pelo Senado e pela Câmara, com o Instituto Brasileiro de Museus e a Fundação Armando Álvares Penteado.

As peças se dividem em cinco módulos: “A transferência da corte portuguesa para a América”, “O Processo da independência do Brasil”, “A formação do Estado nacional — o papel do Legislativo”, “A consolidação do Império no Brasil” e “Os símbolos da ordem monárquica”.

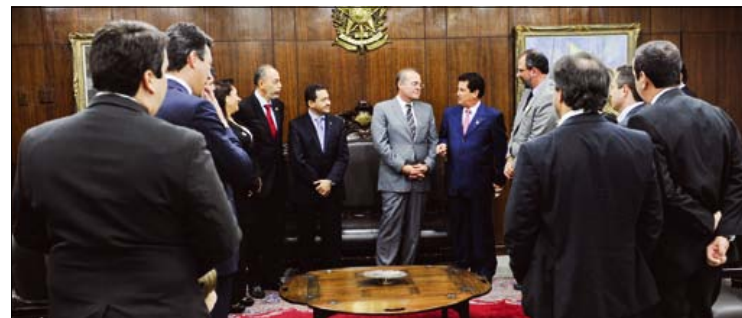
Procuradores querem aprovação de proposta de carreira municipal

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu na tarde de ontem a visita do presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais (ANPM), Guilherme Rodrigues, que veio pedir a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 17/2012 — que cria a carreira de procurador municipal. Mais de 200 procuradores municipais também estiveram no Senado ontem, pedindo apoio para a proposta.

Guilherme Rodrigues destacou que a aprovação é importante, pois as manifestações populares “clamam por qualidade no serviço público”.

Ele explicou que o projeto cria uma carreira de procurador nos municípios, com realização de concursos públicos, evitando indicações políticas ou contratação de escritório de advocacia.

Inácio Arruda (PCdoB-CE), relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), acompanhou a visita. O senador disse que o Plenário deve votar um calendário de pautas prioritárias para o início deste segundo semestre e a PEC 17/2012 deve constar da lista de matérias urgentes. Inácio se mostrou confiante na aprovação do texto.



Procuradores municipais pedem a Renan Calheiros apoio à PEC 17/2012

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Distribuição de gorjeta

14h O projeto que regulamenta a distribuição de gorjeta está na pauta de votação da ordem do dia.

PRESIDÊNCIA Reunião da Mesa

11h Renan Calheiros participa de reunião da Mesa; às 12h, recebe o vice-presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais; às 12h30, o governador do Paraná; às 15h30, o presidente da CNI; às 16h, preside a ordem do dia; e, às 19h, comparece à exposição que celebra a história do Parlamento brasileiro.

CJ Mineração

7h30 A Comissão de Serviços de Infraestrutura realiza audiência para debater sobre “Mineração: governança e logística”, dentro do ciclo de debates sobre investimento e gestão na logística no país.

CAS Dedução de despesas do IR

9h A Comissão de Assuntos Sociais analisa dedução, em dobro, do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, de despesas com a contratação de empregados com mais de 50 anos.

CCJ Médico de Estado

10h A Comissão de Constituição e Justiça examina projeto que cria carreira de médico de Estado. Às 9h, análise da indicação de Deborah Ciocci para o CNJ.

CE Pró-Infância

10h O Programa Pró-Infância é tema de debate em audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

EXPOSIÇÃO Peças do Império

19h Abertura da exposição *O Império em Brasília: 190 anos da Assembleia Constituinte de 1823*, que expõe obras do Museu Imperial de Petrópolis (RJ), no Salão Negro.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 7h30, **audiência da Comissão de Serviços de Infraestrutura**; e, às 10h, **audiência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** sobre o Programa Pró-Infância. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Disciplina rígida para juízes e membros do MP

Plenário aprovou exclusão da aposentadoria compulsória e do afastamento com vencimentos integrais como punição máxima para magistrados e integrantes do Ministério Público

O PLENÁRIO APROVOU por unanimidade substitutivo do relator, Blairo Maggi (PR-MT), à proposta de Humberto Costa (PT-PE) que exclui a aposentadoria compulsória como punição disciplinar máxima para juízes condenados (PEC 53/2011). Blairo incorporou o conteúdo da PEC 75/2011, também de Humberto, que propõe modificação semelhante para a carreira do Ministério Público (MP).

Humberto apontou como principal objetivo de suas proposições a eliminação do privilégio, concedido a magistrados e membros do MP que cometam crimes graves, de receberem, no caso de juízes, a pena de aposentadoria compulsória e, no caso do MP, afastamento com vencimentos integrais.

— A população brasileira



Senado aprova texto de Blairo unindo o conteúdo de duas PECs de Humberto Costa. Matéria agora vai para a Câmara

deseja o fim da impunidade, o fim da corrupção, instituições democráticas transparentes e confiáveis — disse.

Pedro Taques (PDT-MT) considerou importante distinguir o instituto da vitaliciedade — uma prerrogativa fundamental, em sua opinião, para os magistrados atuarem com

imparcialidade — do privilégio da aposentadoria compulsória. Ele lembrou, no entanto, que somente 28 magistrados foram aposentados compulsoriamente, num universo de 16 mil juízes, desde a criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Entre as principais alterações

promovidas no texto aprovado, Blairo citou a obrigatoriedade de o CNJ, o Conselho Nacional do Ministério Público ou os tribunais representarem ao MP, num prazo de 30 dias, para que este proponha ação judicial visando à perda de cargos no caso do cometimento de ilícitos penais, puníveis

com demissão, por juízes e membros do MP. Outra modificação foi a possibilidade de colocar em disponibilidade, com subsídios proporcionais, magistrados ou membros do MP durante o período da ação judicial, no caso de cometimento de crimes hediondos e equiparados, corrupção ativa e passiva, peculato, na modalidade dolosa, concussão e outros ilícitos graves definidos em lei complementar. Blairo explica que, com a colocação em disponibilidade, o agente público terá uma redução na remuneração e, por ficar vinculado à respectiva carreira, manterá os impedimentos, não podendo, por exemplo, advogar ou prestar consultoria.

A proposta, aprovada em dois turnos e em regime especial no Senado, segue agora para análise dos deputados.

Reforma política avançará neste ano, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, enumerou as votações já realizadas pelos senadores referentes à chamada pauta prioritária, estabelecida em resposta às manifestações de rua iniciadas em junho.

— Os números falam por si. No primeiro semestre, em pouco mais de 15 dias, nós votamos quase 40 proposições, todas elas oportunas e adequadas ao país. Nós devemos persistir na intensidade e na qualidade dos debates, garantindo que o Congresso jamais se dobrará à inconsequência ou à irresponsabilidade fiscal — disse.

Renan citou entre as propostas já sancionadas pela Presidência da República o Estatuto da Juventude, as



Renan citou temas da reforma política que devem ser votados neste semestre

novas regras de distribuição do Fundo de Participação dos Estados, a lei que pune a corrupção de empresas, a que garante assistência a vítimas de violência sexual, a criação do Sistema Nacional de Combate à Tortura e a lei que define as organizações criminosas.

Renan adiantou possíveis

mudanças referentes à reforma política que devem ser votadas ainda neste ano. Ele citou a redução do período de campanha eleitoral, a diminuição de gastos de campanha, a proibição da contratação de cabos eleitorais e a substituição de candidato impugnado pouco antes da eleição.

Líder sugere votação de itens de consenso do texto

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), disse esperar encaminhar “uma pauta mínima de consenso” da reforma política na semana que vem. O anúncio foi feito ontem após reunião de líderes partidários com o presidente da Casa, Renan Calheiros.

— Estamos estabelecendo uma pauta de consenso e uma pauta que não tem consenso.

O que tem consenso, queremos votar na semana que vem. O que não tem consenso vai começar a tramitar, mas não virá para o Plenário — afirmou.

Entre os consensuais está a antecipação do prazo mínimo para substituir candidato declarado inelegível. Para ele, “não se pode deixar o eleitor ir às urnas achando que está votando em João e, na realidade, está votando em Maria”.

Também há acordo em torno de pichações e outros gastos publicitários, que acabam encarecendo as eleições, além de dificultar a aplicação dos recursos. Braga defendeu uma forma de encurtar os gastos e dar maior transparência para evitar o caixa dois na política.

O senador afirmou não haver consenso em torno do financiamento público e da realização de plebiscito.

Líderes partidários adiam votação do passe livre

Reunidos ontem com o presidente Renan Calheiros, os líderes partidários no Senado definiram as votações dos próximos dias. Um dos projetos da pauta prioritária, que já aguardava votação em Plenário, voltará para exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Trata-se do PLS 248/2013, que institui o passe livre para estudantes em todo o país.

Em entrevista após a reunião, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) explicou que continua valendo o relatório de Vital do Rêgo (PMDB-PB) ao projeto, mas ressaltou que o exame do texto foi adiado a pedido de líderes, como forma de avaliar o impacto econômico da medida.

— Queremos garantir uma agenda de temas importantes e regular, mas que sejam analisados com tranquilidade e profundidade. Para isso, é importante que a Comissão de Assuntos Econômicos estude os impactos da medida — ponderou.

Rollemberg também disse que ainda não há entendimento para a votação da PEC 20/2013, de autoria de Paulo Paim (PT-RS), que acaba com o voto secreto em exame de indicações de autoridades, cassação de mandatos e vetos. A proposta já foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

— O colégio de líderes deverá continuar discutindo essa matéria — afirmou Rollemberg.



Reunião dos líderes partidários define votações no Senado nos próximos dias

Governo e aliados terão reuniões quinzenais sobre votações

Senadores que participaram ontem da reunião com a presidente Dilma Rousseff no Palácio do Planalto elogiaram a disposição do governo de interagir mais com a base no Congresso. A reunião foi feita um dia depois do encontro

com deputados. A intenção do governo é reunir-se periodicamente com os parlamentares.

— Esperamos que a cada 15 dias possamos fazer uma reunião, sempre com a presença da presidente ou do vice-presidente, sob a coordenação

da ministra Ideli [Salvatti, de Relações Institucionais], para tratar de temas específicos — explicou o líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM).

Senadores da base dizem que as conversas podem evitar vetos a matérias aprovadas

pelo Congresso, por exemplo.

— Acho que cria um distensionamento e, mais do que isso, evita, muitas vezes, que se aprove aqui algo que vai a veto — afirmou o líder do PT, Wellington Dias (PI).

A questão dos vetos entrará

em discussão no dia 13, quando deve haver nova reunião no Planalto para tratar da votação prevista para o dia 20 em sessão do Congresso. Na pauta, polêmicas em torno dos vetos ao Ato Médico, multa sobre FGTS e partilha do FPE.

Avança projeto que limita peso de mochila escolar

Segundo proposta, que agora irá para a Comissão de Assuntos Sociais, mochila não pode ter mais que 15% do peso do estudante; objetivo é evitar problemas na coluna

A COMISSÃO DE Educação (CE) aprovou ontem um projeto de lei que estabelece o peso máximo para a mochila dos estudantes (PLC 66/2012). Do deputado federal Sandes Júnior (PP-GO), o projeto fixa em 15% do peso do aluno o limite para o peso das mochilas com material escolar.

O autor destacou que os livros e demais materiais que os alunos carregam diariamente para as escolas acarretam problemas de saúde. Segundo ele, a Sociedade Brasileira de Ortopedia calcula que até 70% dos problemas de coluna na fase adulta foram causados por peso e esforços repetitivos na adolescência.

A relatora do projeto, senadora Ângela Portela (PT-RR), afirmou que a proposta é a



Estudantes carregam mochila: segundo médicos, 70% dos problemas de coluna dos adultos surgiram na adolescência

solução para o problema, mas apresentou um substitutivo acrescentando a obrigatoriedade de as escolas fornecerem armários onde os alunos possam guardar parte do material.

O texto será analisado agora pela Comissão de Assuntos

Sociais (CAS) em caráter terminativo (sem necessidade de passar pelo Plenário).

Transporte

Os senadores também aprovaram o PLC 19/2012, do deputado Renato Molling (PP-RS).

O texto determina que estados e municípios, além de se responsabilizarem pelo transporte escolar dos estudantes das redes de ensino, permitam que os professores utilizem os assentos vagos nos veículos.

O relator, senador Alvaro Dias

(PSDB-PR), lembrou que a legislação atual não contempla o transporte de professores.

A senadora Ana Rita (PT-ES) questionou a iniciativa. Na opinião dela, a matéria deveria ser regulamentada pelos municípios. Após a aprovação da CE, o projeto será votado, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Também ontem, os senadores aprovaram a realização de audiência pública para debater o PLS 284/2012, de Blairo Maggi (PR-MT), que institui a residência pedagógica para os professores recém-formados da educação básica. Nos moldes da residência médica, a pedagógica teria duração mínima de 800 horas, com remuneração por bolsa.

PEC que beneficia médico militar entra na pauta do Plenário

As Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 122/2011 e 17/2012 entram hoje na pauta do Plenário.

As matérias tratam, respectivamente, da autorização para que militares das Forças Armadas possam acumular cargos privativos de profissionais de saúde e da organização da carreira de procurador municipal.

De autoria do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ), a PEC 122/2011 pretende conter a “escalada de desligamentos” de médicos militares.

A PEC 17/2012 atribui aos

procuradores municipais o exercício da representação e da consultoria jurídica desses entes federados, garantindo a organização do cargo de procurador municipal em carreira e o ingresso por meio de concurso público.

Como a PEC não estabelece um prazo para a implantação da medida, o autor da proposta, deputado Maurício Rands (PT-PE), propõe que municípios com menor potencial econômico instituirão a carreira de procurador municipal de forma proporcional às suas possibilidades.

Randolfe questiona sabatina de diretor da ANS

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) propôs a anulação da sabatina realizada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) que aprovou a indicação do advogado Elano Rodrigues de Figueiredo para a diretoria da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a agência reguladora dos planos privados de saúde.

Segundo o senador, o indicado omitiu do currículo a informação de que atuara como advogado das operadoras de planos de saúde Unimed e Hapvida.

— Houve a omissão de

um dado fundamental no currículo do sabatinado. Diante disso, apresento esta questão de ordem a fim de que os atos do Senado em

relação a essa nomeação sejam anulados — disse Randolfe.

Humberto Costa (PT-PE) classificou a iniciativa de Randolfe de “equivocada e intempestiva”.

De acordo com a relatora da indicação na CAS, Ana Amélia (PP-RS), Elano Figueiredo jamais sonou informações de que trabalhou para operadoras de plano de saúde.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que dará resposta ao pedido de Randolfe depois de analisar o caso.



Randolfe diz que advogado omitiu ter trabalhado para planos de saúde

Para Ataídes, Sistema S “pode e deve” ajudar os “jovens nem nem”

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) manifestou preocupação com pesquisa do IBGE indicando que 5,3 milhões de jovens entre 18 e 24 anos, a maioria mulheres, não estudam nem trabalham. Os chamados “jovens nem nem”, afirmou, equivalem a 16% do total. Para ele, o dado é muito preocupante, já que o que resta para o grupo, caso não haja uma estrutura familiar adequada, é a criminalidade e a droga.

— O governo tem essas informações. Talvez o povo brasileiro não as tenha, mas o governo tem — ressaltou.

Ataídes informou que 80% deles não fizeram curso profissionalizante e disse que poderiam ser ajudados por meio do Sistema S, que receberá R\$ 20 bilhões de dinheiro público este ano.

— O Sistema S pode e deve disponibilizar uma cota para dar a eles uma oportunidade. Existe dinheiro e estrutura para tal — afirmou.



Moreira Manz/Agência Senado

Ângela cita projeto federal que financia ação cultural na Amazônia

O Programa Amazônia Cultural, que disponibilizará recursos federais para financiamento de atividades artísticas na Região Norte, recebeu elogios de Ângela Portela (PT-RR).

Ela considera que o edital — lançado pela ministra da Cultura, Marta Suplicy, em visita a Roraima na semana passada — representa uma importante iniciativa do governo federal para a valorização da cultura regional e do aumento do reconhecimento pelo resto do Brasil:

— O Amazônia Cultural torna viáveis projetos que incentivem, valorizem, estimulem, capacitem e difundam as ações da cultura da nossa tão rica região — afirmou.

Segundo a senadora, o Amazônia Cultural destinará R\$ 5 milhões a pessoas físicas produtoras de cultura nos estados do Norte, sendo que, na avaliação dos projetos, os candidatos do interior e os povos tradicionais terão prioridade.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Programa Mais Médicos é “jogada eleitoreira”, afirma Cyro

Cyro Miranda (PSDB-GO) classificou o Programa Mais Médicos, do governo federal, de “populista, obra de marketing e jogada eleitoreira”.

— Esse programa é produto acabado de uma presidente [Dilma Rousseff] pouco afeita ao diálogo com o Congresso e com as entidades representativas de classe. Uma atitude desesperada de quem quer salvar o governo a qualquer custo — afirmou.

Na avaliação do senador, a falta de um estudo da assistência à saúde no país “beira a irresponsabilidade”, pois está “crucificando” os médicos, atraídos por bons salários para o interior do país, mas sem condições de trabalho.

— É temerário pensar que, por um milagre, o médico, muitas vezes recém-formado, consiga atender adequadamente a população sem dispor de um laboratório para fazer exames clínicos e de aparelhos básicos como raio X.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Sem estrutura, médico do interior põe paciente em risco, diz Mozarildo

No Plenário, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) destacou o Dia Nacional da Saúde, comemorado anteontem. O senador, que é médico, parabenizou os profissionais de saúde e manifestou solidariedade aos que trabalham em cidades do interior, que, muitas vezes, não têm estrutura para realizar atendimento de qualidade.

Mozarildo voltou a criticar o governo pelo Programa Mais Médicos. De acordo com o senador, o governo quer fazer a população acreditar que o problema da saúde no Brasil “é só a falta de médico”. Para o parlamentar, isso não é verdade. Ele disse que o médico que vai para o interior pode colocar em risco a própria reputação ou a vida do paciente, por causa da falta de estrutura.

Mozarildo informou que a Organização Mundial da Saúde recomenda um médico para mil habitantes no mínimo, enquanto o Brasil tem mais de dois.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Em audiência conjunta, Glenn Greenwald revelou ter recebido entre 15 mil e 20 mil documentos, cuja análise, apesar de complexa e demorada, deverá trazer novas informações



Glenn Greenwald (E) fala em audiência sobre espionagem ao lado do senador Ricardo Ferraço e do deputado Nelson Pellegrino

Jornalista promete mais revelações sobre espionagem

O COLUNISTA GLENN Greenwald, do jornal britânico *The Guardian*, afirmou, em audiência pública ontem, no Senado Federal, que, com certeza, haverá mais revelações sobre o esquema de espionagem feito pelo governo dos Estados Unidos e divulgado por ele no jornal no início de julho. Segundo Greenwald, ele recebeu para analisar entre 15 mil e 20 mil documentos do ex-técnico da agência de segurança americana (NSA) Edward Snowden, hoje asilado na Rússia, e apenas uma pequena porção das informações foi divulgada até agora.

— São documentos longos, complicados, demora para ler e entender tudo. Muitas vezes é preciso consultar peritos. Mas estamos trabalhando com muitas organizações no Brasil e no mundo para analisarmos tudo. Com certeza sairão mais revelações sobre o esquema de espionagem — disse.

Greenwald, que vive no Rio de Janeiro, esteve em Brasília para participar de audiência conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado Federal e da Câmara.

O jornalista reafirmou que

o governo dos Estados Unidos monitora comunicações eletrônicas dentro e fora do país, com a justificativa de combater o terrorismo e garantir a segurança nacional. Entretanto, o objetivo seria obter informações privilegiadas sobre acordos econômicos, estratégias políticas e competitividade industrial de outros países.

Para Greenwald, um Estado que pode saber tudo o que as outras nações estão falando e fazendo torna-se “muito poderoso”. Um exemplo desse tipo de ação dos Estados Unidos foi a publicada no final de semana pela revista *Época*, em que um documento, divulgado por Greenwald, revela como os EUA espionaram oito países, entre eles o Brasil, para conseguir aprovar no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) sanções contra o Irã, em 2010. A reportagem traz uma carta da embaixada americana no Brasil comemorando a vantagem que a espionagem trouxe ao EUA nas negociações do caso.

Acesso irrestrito

Greenwald disse aos parlamentares que é verdade quando o governo americano diz

que o volume de informações coletadas é tratado apenas como “metadados” — quando se monitora quem falou com quem, por qual meio, por quanto tempo e em que lugar, mas não se viola o conteúdo da conversa. O jornalista explicou que, mensalmente, milhões de comunicações são monitoradas e, de forma geral, são somente metadados de fato.

No entanto, quando alguma das comunicações desperta o interesse do Estado, os EUA têm instrumentos para identificar, tendo apenas o endereço eletrônico ou o IP da pessoa, além dos e-mails trocados, quais sites ela visitou, quais documentos acessou, o que pesquisou no Google, entre outras dezenas de coisas.

— Esse sistema é muito mais poderoso do que as pessoas imaginam. E é muito fácil de usar, o que é assustador — reconheceu o jornalista, informando que cerca de 70 mil pessoas, entre empregados diretos e terceirizados, prestam serviço à agência de segurança americana, sendo que uma porção dessas pessoas, que ele não sabe contabilizar, tem acesso ao sistema de espionagem.

Conhecimento do esquema vai ser debatido em audiências públicas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado quer saber se as empresas de telecomunicações e de informática brasileiras que mantêm acordos comerciais com empresas americanas tinham conhecimento de suposto esquema de espionagem dentro do Brasil. O presidente da comissão, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), pretende anunciar nos próximos dias o cronograma de audiências com essas empresas, que deverão esclarecer aos parlamentares se autorizam o acesso das companhias americanas

ao sistema brasileiro de telecomunicações.

O governo americano não deu explicações públicas sobre o caso, preferindo manter contato de forma privada com o governo do Brasil. Na avaliação de Greenwald, o Brasil, se tiver interesse, tem o poder de obter uma resposta pública dos Estados Unidos sobre todo o esquema.

Ferraço sugeriu que, quando for a Nova York para a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, a presidente Dilma Rousseff trate pessoalmente do caso com o presidente Barack Obama.

Snowden pode colaborar com país que lhe der asilo, diz jornalista

O país que oferecer asilo humanitário ao ex-técnico da agência de segurança americana (NSA) Edward Snowden terá ajuda do americano tanto com informações sobre a espionagem dos Estados Unidos em assuntos relacionados ao governo daquela nação como na implementação de sistemas de segurança que a protejam de novas espionagens. A afirmação foi feita pelo jornalista Glenn Greenwald, durante a audiência pública de ontem.

Na reunião, o presidente

da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Ricardo Ferraço, explicou que o Senado já aprovou uma moção pedindo ao governo brasileiro que ofereça asilo a Snowden.

Na opinião do deputado Ivan Valente (PSOL-SP), apenas o pedido do Congresso Nacional não será suficiente para convencer o governo a recebê-lo em seu território. É preciso uma campanha nacional, com mobilização popular, para sensibilizar as autoridades.



Grupo de manifestantes no Congresso usa máscaras de Edward Snowden

Comissão aprova 22 permissões para emissoras de rádio e TV

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou 22 projetos de decreto legislativo (PDSs) com outorgas ou renovação de outorgas a serviços de radiodifusão. Entre eles, estão os que renovam a concessão à TV Goyá,

em Goiânia, e à rádio e TV Marajoara, em Belém.

A comissão também suspendeu o PDS 380/2012, que permite à P1 Serviços de Comunicação explorar serviço de radiodifusão em Corumbá (GO). O relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES),

levou em consideração denúncias veiculadas na imprensa apontando a suspeita da Polícia Federal de que o grupo organizado por Paulo Vieira, ex-diretor da Agência Nacional de Águas (ANA), envolvido na Operação Porto Seguro, tenha utilizado a rádio para lavagem do dinheiro obtido com o tráfico de influência em órgãos da União.

A CCT requereu informações ao ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, sobre o processo. O projeto ficará suspenso até que as informações sejam prestadas.

Os demais itens da pauta, como o projeto que amplia o prazo de sigilo prévio a registro de desenho industrial, foram adiados.

Senadores querem voltar a relatar concessões em seus estados

Senadores da CCT defenderam ontem a possibilidade de relatarem projetos de decreto legislativo sobre outorga de serviço de radiodifusão em seus próprios estados. A prática é vetada por um ato da comissão, aprovado na presidência anterior.

Para Alfredo Nascimento (PR-AM), o ato é um dos responsáveis pelo baixo quorum verificado nas reuniões.

— Quando o senador tem a responsabilidade de relatar projeto de seu estado, ele daria uma agilidade maior à aprovação. Certamente não teríamos problemas

de quórum — afirmou o senador.

Para Ângela Portela (PT-RR), é importante rever o ato, mas defendeu um debate profundo para evitar que parlamentares se autopromovam em veículos de comunicação.

O presidente da CCT, Zeze Perrella (PDT-MG), afirmou que o ato é incoerente, pois é um voto de desconfiança em relação aos senadores.

— Essa decisão vai ser tomada pela maioria, mas acho que o ato foi um equívoco. Não deveríamos colocar sobre nós mesmos esse tipo de restrição — opinou.



Sérgio Petecão e Ângela Portela examinam projeto durante reunião da CCT

Senador afirma que a Procuradoria-Geral da República não encontrou prova que sustentasse acusação de fraude no Ministério dos Transportes

Inocentado, Nascimento diz que agora pode olhar nos olhos dos senadores

EM DISCURSO, O senador Alfredo Nascimento (PR-AM) comunicou ter sido inocentado das denúncias de que comandava um esquema de desvio de dinheiro público no Ministério dos Transportes, no tempo em que chefiava a pasta.

Ele disse que, após dois anos de investigação, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, concluiu não haver provas para sustentar a denúncia — não houve envolvimento nas irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União e pela Controladoria-Geral da União em licitações e contratos.

— Eu não sou lixo. Eu me orgulho de ser homem público



Alfredo Nascimento afirmou que exerce cargos públicos "com muita honradez"

— afirmou ele, ao repetir as mesmas palavras ditas quando deixou o cargo de ministro dos Transportes na chamada

"faxina ética" no início do governo Dilma. Na época, ele foi denunciado por supostamente receber propina de empresas.

Ao Plenário, Nascimento relatou como foi o período em que teve a vida e as contas investigadas, além do constrangimento de ver o seu nome divulgado como corrupto.

— Passei dois anos encolhido e envergonhado. As pessoas me olhavam e eu baixava a cabeça, mas eu estava sendo acusado injustamente. Eu agora posso olhar nos olhos dos meus colegas senadores, olhar nos olhos dos meus filhos — disse ele.

O senador lembrou seus 32 anos de vida pública — foi secretário estadual e municipal, prefeito, ministro e senador pelo Amazonas — afirmando que nunca cometeu nenhum ato que o desabonasse.

Parlamentares citam honestidade do ex-ministro

Alfredo Nascimento (PR-AM) foi apoiado pelos colegas após comunicar ter sido inocentado das denúncias de corrupção.

Em nome da Mesa do Senado, o presidente Renan Calheiros felicitou Nascimento por tomar as medidas necessárias e "corajosamente saber esperar":

— A verdade é única. Pode até demorar, mas sempre vem.

Magno Malta (ES), Blairo Maggi (MT) e Ana Amélia (RS), do PR, partido liderado por Nascimento, destacaram o trabalho dele como ministro.

O líder do PT, Wellington

Dias (PI), e o líder da oposição, Aloysio Nunes (PSDB-SP), o descreveram como "gestor eficiente, correto e leal". Acir Gurgacz (PDT-RO) apontou a "honradez" de Nascimento e lamentou sua saída do ministério:

— As coisas não andaram mais, pararam as obras. Quem perdeu foi o Brasil.

O líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), disse que é testemunha da vida pública "transparente e responsável" de Nascimento.

José Agripino (DEM-RN) lembrou que o senador foi

apontado como símbolo da "faxina ética" realizada pelo governo Dilma. Aécio Neves (PSDB-MG), Vital do Rêgo (PMDB-PB), Ivo Cassol (PP-RO), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Eduardo Lopes (PRB-RJ), Humberto Costa (PT-PE), Inácio Arruda (CE), líder do PCdoB, entre outros, afirmaram que o senador foi vítima de calúnia e difamação.

Pedro Taques (PDT-MT) disse que o processo também é instrumento de dignidade, cabendo ao ministro-relator do

Supremo o arquivamento, que retira dos ombros de Nascimento "a carga do prejulgamento".

Eunício Oliveira (CE), líder do PMDB, e Rodrigo Rollemberg (DF), líder do PSB, afirmaram que a Justiça resgatou a história pública de Nascimento.

Armando Monteiro (PTB-PE), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Eduardo Amorim (PSC-SE), Zeze Perrela (PDT-MG), Paulo Davim (PV-RN), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Cyro Miranda (PSDB-GO) também manifestaram apoio.

Parecer sobre direito de resposta gera discordância

O parecer aprovado anteontem pelo Conselho de Comunicação Social do Congresso sobre o projeto de lei que trata do direito de resposta gerou discordância.

O projeto (PLS 141/2011), de Roberto Requião (PMDB-PR), está para ser votado em Plenário e foi submetido ao conselho a pedido do presidente da Casa, Renan Calheiros. O texto assegura direito de resposta "ao ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação", mas o parecer incluiu, após o termo "matéria divulgada", o termo "com fato errôneo ou inverídico".

Contrário à mudança, o ex-diretor de Comunicação do Senado e vice-presidente do Conselho, Fernando Cesar Mesquita, afirmou que a alteração irá tornar o projeto inócua, de acordo com o próprio Requião. Os pareceres do conselho servem de subsídio à análise dos projetos, mas não são necessariamente acatados.



Autor do projeto, Requião discorda de alteração aprovada no conselho

Comissão pode votar perda de mandato após condenação

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pode votar hoje substitutivo de Eduardo Braga (PMDB-AM) à chamada PEC dos Mensaleiros (PEC 18/2013), de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). A proposta determina a perda automática de mandato após condenação judicial definitiva por improbidade administrativa ou crimes contra a administração pública.

De acordo com o texto, o Senado ou a Câmara deverão

se limitar a declarar a perda do cargo. A cassação automática dependerá de comunicação formal da Justiça. Para Braga, a iniciativa está em sintonia com "o clamor popular pelo respeito à coisa pública e pela efetividade das condenações dos agentes públicos".

Emenda de Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) inclui os crimes hediondos na lista dos que acarretam a perda de mandato sem a necessidade

de processo de cassação.

— Se um deputado ou senador for condenado, de forma definitiva, por crimes como homicídio qualificado e estupro, não pode manter o cargo eletivo — disse o senador.

Outra alteração proposta por Antonio Carlos Rodrigues é que a perda de mandato se dê apenas nos casos em que a suspensão dos direitos políticos esteja entre as penalidades determinadas pela sentença.

Outro item na pauta da CCJ é o projeto de resolução (PRS 5/2012) que aplica os critérios da Lei da Ficha Limpa ao preenchimento de cargos comissionados no Senado.

Por decisão do Plenário ontem, voltará à CCJ a PEC 10/2013, que acaba com o foro especial para parlamentares. O requerimento foi de Alvaro Dias (PSDB-PR), autor da PEC. Apesar de a proposta figurar na agenda prioritária do Senado,

o tema despertou controvérsia no Plenário.

Os senadores também aprovaram o adiamento, por 30 dias, da análise da PEC 123/2011, a PEC da Música. A proposta institui imunidade tributária sobre CDs e DVDs produzidos no Brasil com obras de autores brasileiros. O requerimento foi assinado por Eduardo Braga (PMDB-AM) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora-adjunta: Virgínia Galvez

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Novo rito para empréstimo a estados e municípios

A partir de agora, cada pedido avaliado na CAE será lido em uma sessão e só poderá ser votado na seguinte, o que dará prazo de ao menos uma semana para análise pelos membros da comissão

OS PEDIDOS DE empréstimo para estados e municípios terão, a partir de agora, uma tramitação diferente na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE): cada pedido será lido em uma sessão, como já vinha sendo feito, mas só poderá ser votado na sessão seguinte, o que dará pelo menos uma semana de prazo para que os membros da comissão possam estudar e analisar os empréstimos.

Aprovada ontem, a mudança na tramitação foi sugerida pelo presidente da comissão, Lindbergh Farias (PT-RJ). Armando Monteiro (PTB-PE) disse que a mudança tem o objetivo de “garantir prazos mínimos para que os membros da comissão possam conhecer todos os aspectos e implicações dessas matérias, para deliberar sobre elas com segurança”. Também a partir de agora, o senador que for designado como relator de um pedido de empréstimo terá de respeitar prazo de no mínimo quatro dias entre a designação e a apresentação do relatório. Dessa forma, explicou Lindbergh, o relator terá tempo para examinar o pedido e produzir um parecer mais consistente.

Ontem foram lidos os primeiros pedidos de empréstimos que se enquadram na nova forma de tramitação: a



Sérgio Souza e Lindbergh Farias (D) na Comissão de Assuntos Econômicos

Mensagem 69/2013, que trata de financiamento de US\$ 300 milhões do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) ao estado de São Paulo; a Mensagem 70/2013, sobre empréstimo de US\$ 200,8 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o Pará, e a Mensagem 71/2013, que se refere a empréstimo de US\$ 150 milhões do Bird para Sergipe.

Os pedidos, para serem

definitivamente aprovados, também devem passar por votação no Plenário do Senado.

Lindbergh lembrou que a CAE enviou à Secretaria do Tesouro Nacional, no mês passado, um requerimento de informações sobre dívidas de estados e municípios. Foram solicitados, entre outros, dados sobre as dívidas consolidadas, as contratadas e por liberar, as autorizadas e as despesas anuais com os serviços das dívidas.

Alvaro Dias pede que Dilma receba aposentados do Aerus



Alvaro Dias (PSDB-PR) fez um apelo à presidente Dilma Rousseff para que ela receba o grupo que luta para receber aposentadoria do Aerus, fundo de pensão de ex-funcionários da Varig e da Transbrasil. Ele lembrou que vários aposentados morreram “antes de ver a solução”.

O Aerus está sob intervenção há anos e existe uma ação que responsabiliza a União. Para o senador, os aposentados são “injustiçados pelo governo, que lhes nega direitos elementares adquiridos durante muitos anos de trabalho”.

— O governo não cumpre seus compromissos. Informa que não recorrerá de decisões judiciais e recorre — criticou, acrescentando que, assim, transforma “pendência judicial em algo insolúvel”.

Blairo comemora duplicação de rodovia em Mato Grosso



Blairo Maggi (PR-MT) comemorou o início das obras de duplicação da BR-163/364, entre Rondonópolis e Cuiabá, em Mato Grosso. O senador disse ser grande crítico do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), mas reconheceu o esforço do órgão para executar a obra que, segundo ele, é esperada “há décadas”.

Blairo informou que o projeto original foi modificado, como permite a legislação, e isso reduziu custos e tempo para a duplicação. Ele também afirmou que o consórcio responsável investiu fortemente em máquinas e equipamentos.

Em apartes, Jayme Campos (DEM-MT) e Pedro Taques (PDT-MT) destacaram a importância da obra para o estado.

Licitação para compra de tablets da PGR será anulada, diz Collor



Fernando Collor (PTB-AL) afirmou que a licitação feita pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, em dezembro de 2012, para aquisição de 1.226 tablets, será declarada sem efeito por ter decorrido o prazo do processo. Segundo ele, não há mais tempo hábil para a conclusão da compra.

— Trata-se de uma economia de quase R\$ 3 milhões aos cofres públicos. Prevaleceram o justo e o correto em relação a uma licitação totalmente viciada e direcionada — disse, referindo-se a indícios de favorecimento da empresa Apple.

A compra já havia sido suspensa pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a partir de representação feita em fevereiro por Collor.

Orçamento impositivo evita “faz de conta” em emendas, avalia Paim



A aprovação da proposta de emenda à Constituição que institui o orçamento impositivo para emendas parlamentares acaba com o “faz de conta” que é hoje a proposta orçamentária aprovada pelo Congresso, disse Paulo Paim (PT-RS) em Plenário ontem.

O projeto (PEC 565/2006) pode ser votado hoje na Câmara. Se aprovado, o governo ficaria obrigado a liberar recursos para as emendas, o que não ocorre hoje. Para Paim, a alteração do texto constitucional restabelece a independência entre Congresso e Executivo.

— O que for aprovado vai ser cumprido, como é na maioria dos países do mundo. Não tem essa história de só liberar emenda, independente do governo, para aqueles que são amigos do rei — argumentou.

Mário Couto afirma que país não tem ordem nem progresso



Mário Couto (PSDB-PA) afirmou que a inscrição da bandeira nacional — ordem e progresso — não está sendo colocada em prática no Brasil. Para ele, nunca se viu um país tão desorganizado e sem progresso. O senador lamentou a grande violência nas ruas brasileiras e a precária situação da saúde pública. Para ele, o governo não combate a corrupção, não executa obras de infraestrutura necessárias e gastou alto valor nos estádios para a Copa do Mundo.

Couto disse que Dilma Rousseff fez, no início do governo, a chamada varredura da corrupção. “Depois, foi liberando paulatinamente a corrupção no país”, afirmou o senador, para quem Dilma imitou Lula, que disse nada saber sobre corrupção no governo.

Comissão aprova texto que veda cobrança de ICMS sobre estoque

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem proposta que veda a cobrança antecipada de imposto sobre mercadorias ou bens estocados em estabelecimentos do contribuinte antes do início do regime de substituição tributária para produtos similares. A intenção de Ana Amélia (PP-RS), autora do PLS 3/2013 — Complementar, é limitar a chamada substituição tributária “para a frente”.

Em impostos cobrados em diversas fases da comercialização, como o ICMS, quando se faz a substituição tributária para a frente, o tributo é arrecadado de maneira antecipada e incide em base de cálculo presumida.

Para a senadora, esse

tipo de cobrança prejudica a atividade empresarial, atinge o consumo e constitui “severo golpe” na regra de incidência do ICMS. Segundo ela, o termo circulação, que define o ICMS, não pode ser entendido como mera movimentação física de mercadorias e serviços. “A simples manutenção de produtos em estoque, além de sequer caracterizar movimentação física, não pode, em hipótese alguma, ensejar cobrança de ICMS; do contrário, há clara tributação do patrimônio da empresa, e não de sua atividade mercantil”, acrescenta.

O relator ad hoc, Armando Monteiro (PTB-PE), foi favorável ao texto, que, por alterar lei complementar, deverá ser votado pelo Plenário.

Investigação de assalto a banco pode passar para esfera federal

Assaltos a banco podem passar a ser considerados crimes contra o sistema financeiro nacional, com investigação a cargo da Polícia Federal. É o que prevê projeto (PLS 300/2011) aprovado pela CAE. O relator, Cyro Miranda (PSDB-GO), manifestou-se favoravelmente à proposta e defendeu seu encaminhamento à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para decisão terminativa.

O autor, Eunício Oliveira (PMDB-CE), afirma que os dispositivos constitucionais quanto à competência federal para apurar e julgar

crimes não se encontram em harmonia. De acordo com a proposta, a ação penal relativa a assaltos a bancos será promovida pelo Ministério Público Federal perante a Justiça Federal. Na CCJ, o projeto já havia recebido voto favorável do relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), mas teve a tramitação interrompida por um requerimento de Humberto Costa (PT-PE), que solicitou o exame pela CAE.

Pedro Taques (PDT-MT) antecipou que, na CCJ, pedirá a anexação do projeto à reforma do Código Penal, em tramitação na Casa.

Ex-presidente da Petrobras defendeu a operação realizada pela empresa e atribuiu críticas ao desconhecimento das estratégias usadas no mercado de petróleo e derivados

Compra de refinaria nos EUA seguiu condições de mercado, diz Gabrielli

A COMPRA PELA Petrobras de refinaria em Pasadena, nos Estados Unidos, em 2006, foi uma operação normal, com base em condições de mercado, de acordo com o ex-presidente da estatal José Sergio Gabrielli. Ele atribuiu a desconhecimento sobre o mercado de petróleo e derivados as denúncias divulgadas pela imprensa sobre superfaturamento e irregularidades na operação. Gabrielli falou ontem na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em audiência requerida pelo senador Ivo Cassol (PP-RO).

Conforme afirmou, a Petrobras teria pago, em 2006, US\$ 190 milhões por metade das ações da refinaria, tornando-se sócia da empresa belga Astra Oil, e não US\$ 360 milhões, conforme divulgado. A diferença — US\$ 170 milhões — foi paga por estoques de petróleo e derivados.

Quanto à diferença entre o valor gasto pela Petrobras e os US\$ 42,5 milhões que teriam



Ao lado de Blairo Maggi, Sergio Gabrielli (D) presta esclarecimentos à Comissão de Meio Ambiente sobre compra de refinaria

sido pagos um ano antes pela Astra Oil, quando esta comprou a refinaria, Gabrielli disse que a empresa belga já teria investido US\$ 84 milhões quando vendeu metade das ações à estatal brasileira, elevando o valor a US\$ 126,5 milhões.

A sociedade entrou em litígio, segundo Gabrielli, em 2008, após a crise na economia mundial, devido à diferença de objetivos das sócias. A Justiça

americana então fixou valores para o fim da sociedade e, conforme Gabrielli, determinou que a Petrobras pagasse US\$ 296 milhões pelos outros 50% da refinaria e não US\$ 820 milhões, como divulgado pela revista *Veja*. A diferença que leva ao valor citado pela revista, disse, se deve a pagamento de garantias bancárias, custas judiciais e outros valores acordados para o encerramento das

pendências entre as empresas.

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), no entanto, questionou o fato de a diferença de objetivos das sócias não ter sido percebida antes de se fechar o negócio.

— É inacreditável! E essa diferença de percepção não surgiu um século depois, mas dois anos depois. Uma empresa da competência da Petrobras não detectou isso? — indagou.

Blairo considera suficientes as explicações

Na avaliação de Blairo Maggi (PR-MT), presidente da CMA, Sergio Gabrielli apresentou aos senadores explicações detalhadas e dados consistentes, suficientes para demonstrar que o negócio foi normal e feito dentro da realidade de mercado da época.

Inácio Arruda (PCdoB-CE), Jorge Viana (PT-AC), Eduardo Suplicy (PT-SP), Anibal Diniz (PT-AC) e Ana Rita (PT-ES) elogiaram a participação de Gabrielli na audiência.

Em resposta a Viana, Gabrielli disse que as investigações sobre a compra da refinaria, em curso no Ministério Público Federal no Rio de Janeiro e no Tribunal de Contas da União (TCU), estariam “lastreadas não em documentos ou em depoimentos, mas exclusivamente em matéria publicada na revista *Veja*”.

Ele se disse confiante de que o caso será esclarecido tão logo o TCU e o Ministério Público conheçam os dados sobre o negócio.

Votação de relatório preliminar da LDO deve ocorrer hoje

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) adiou para hoje, às 14h, a votação do relatório preliminar da proposta (PLN 2/2013) da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2014.

Segundo o presidente do colegiado, Lobão Filho (PMDB-MA), há um acordo para a votação do relatório após a decisão da Câmara sobre o Orçamento

Impositivo (PEC 565/2006) — uma comissão especial da Casa aprovou a matéria ontem. O texto limita a execução das emendas parlamentares a 1% da receita corrente líquida da União. Hoje, a PEC deve ser votada também no Plenário da Câmara.

Após a aprovação do relatório preliminar, será aberto prazo

para apresentação de emendas pelos parlamentares à LDO. Depois, a comissão votará o relatório final, que, em seguida, deverá ser aprovado em sessão do Congresso.

A LDO, que orienta a elaboração do Orçamento da União, deveria ter sido aprovada até 17 de julho, mas não houve acordo entre os partidos. O relator da

proposta, deputado Danilo Forte (PMDB-CE), espera que a votação da LDO seja concluída, no máximo, até a terceira semana de agosto. Ele informou que o prazo para apresentação de emendas será reduzido de dez para três dias, a fim de que seja possível a aprovação do texto pelo Congresso antes que o governo envie a proposta

orçamentária de 2014 (LOA), em 31 de agosto.

No texto preliminar, Forte aumentou de três para cinco o número de emendas que poderão ser feitas ao texto final da LDO por bancadas estaduais e comissões da Câmara e do Senado. Já os parlamentares continuam a ter direito a duas emendas.

Casildo defende a construção de mais refinarias de petróleo no país

O governo federal precisa investir na construção de novas refinarias de petróleo, adaptadas às especificações do petróleo nacional, segundo Casildo Maldaner (PMDB-SC). O senador disse que a capacidade de refino da Petrobras já está defasada em relação ao volume total de petróleo produzido no Brasil e algumas das refinarias em funcionamento no país, como as instaladas na Região Sul, não são adaptadas para processar o petróleo aqui extraído.

Casildo observou ainda que, no primeiro semestre deste ano, em razão do aumento das importações de petróleo, o Brasil registrou o pior resultado da balança comercial nos últimos 20 anos, acumulando um déficit de US\$ 5 bilhões. Na avaliação do senador, a construção de novas refinarias é fundamental para evitar a elevação dos déficits da balança comercial a níveis insustentáveis, sobretudo na atual conjuntura de valorização do dólar em relação ao real.

Como alternativa para aumentar a capacidade de refino da Petrobras, Casildo considerou Santa Catarina como local ideal para a instalação de uma nova refinaria.



Moneira Moriz/Agência Senado

Lobão Filho rebate acusações de alteração no juramento de senadores

Lobão Filho (PMDB-MA) rebateu ontem reportagem publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* e por outros órgãos de imprensa segundo a qual ele havia suprimido a palavra “ética” do juramento de posse dos senadores. Relator da reforma do Regimento Interno do Senado Federal, Lobão Filho afirmou que ele não suprimiu a palavra, até porque ela nunca constou do juramento do senador.

— Eu apenas mantive o juramento como sempre foi e não coloquei a palavra ética porque entendi, junto com minha equipe, que ética e honestidade são elementos basilares que já compõem o juramento do Senado Federal — disse.

O senador lembrou que a palavra “ética” não faz parte de grande parte dos juramentos — entre eles, o do presidente da República, o dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e o dos próprios jornalistas.

Lobão Filho disse que buscou, ao longo dos oito meses de trabalho como relator, modernidade e eficiência no processo legislativo e que o Regimento Interno está à disposição dos senadores para ser melhorado por meio de emendas e sugestões.



Lia de Paulo/Agência Senado

Jayme manifesta preocupação com treinamento de anarquistas

Em pronunciamento ontem, Jayme Campos (DEM-MT) demonstrou preocupação com a ação de grupos anarquistas que se infiltram nas manifestações pelo Brasil. O senador citou reportagem da revista *Época* que aponta atividades de treinamento em Mato Grosso. De acordo com a revista, nas reuniões, jovens aprendem a fazer armas e escolhem bancos e empresas multinacionais que serão alvo de depredação.

— Ao formular aqui o registro dessa grave denúncia, gostaria de chamar a atenção dos nossos órgãos de inteligência e das autoridades diretamente afetadas à ameaça que se anuncia, principalmente do Ministério da Justiça e do Gabinete de Segurança Institucional — alertou.

O senador disse que a incitação à guerrilha “traz pânico, insegurança e convulsão social”, além de gerar o caos e a desordem. Na opinião de Jayme Campos, a escalada de vandalismo coloca em xeque a democracia do país. A infiltração de vândalos entre os manifestantes, lembrou o parlamentar, já foi usada com interesses escusos em várias partes do mundo.



Waldemir Bonetto/Agência Senado